

Associados avaliam atuação da ANBIMA em 2013

Os quatro compromissos da Associação e suas prioridades estratégicas foram avaliados na pesquisa de satisfação.

A atuação da ANBIMA em 2013 foi considerada como boa ou muito boa por 81% dos associados. O dado é da pesquisa de satisfação realizada durante os meses de outubro e novembro com mais de 470 pessoas, entre representantes de associados, membros da diretoria e dos organismos da Associação.

O número de participantes foi quase o dobro do alcançado no ano passado, quando 256 responderam a pesquisa. Para José Carlos Doherty, superintendente geral da entidade, o engajamento mostra uma aproximação maior dos associados. "A ANBIMA tem um quadro muito heterogêneo de associados de diversos portes, que atuam em muitos segmentos. A participação na pesquisa foi boa tanto em relação ao número quanto ao perfil das pessoas que responderam. Recebemos muitas sugestões, o que, para nós, é sinal de que há um grande interesse dos nossos associados em participar da construção do nosso futuro," afirmou.

No geral, os avanços nas prioridades estratégicas traçadas para o ano de 2013 foram considerados positivos pelas pessoas que responderam à pesquisa. 78% das pessoas disseram considerar que a Associação avançou em relação ao objetivo de melhorar a coordenação dos interesses dos

associados. Proporção também significativa (73%) avalia que houve avanços em relação à meta de incentivar a educação financeira do investidor. No entanto, a iniciativa de aperfeiçoamento tributário dos mercados teve uma visão mais crítica dos associados: 36% disseram que não houve avanço nesta pauta em 2013.

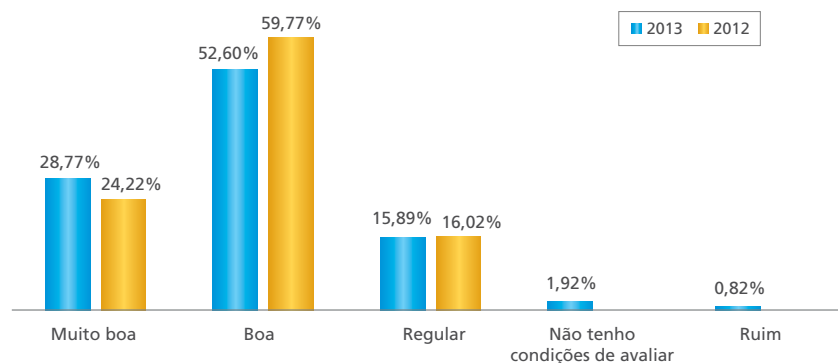
A pesquisa foi estruturada de acordo com os quatro compromissos assumidos pela entidade com o mercado: representar, autorregular, informar e educar.

Segundo a percepção dos associados, a defesa de interesses do mercado foi positiva no ano. A avaliação geral da representação teve aprovação de 82%. Número que reflete a atuação da ANBIMA, por exemplo, nos 11

pleitos formulados pela Associação e incorporados em mudanças promovidas pelos órgãos reguladores em 2013. A atuação dos comitês foi considerada boa ou muito boa por 86% das pessoas. 72% dos associados também consideraram que a ANBIMA tem conseguido conciliar adequadamente as demandas e os interesses dos diversos segmentos de instituições associadas. O número é cinco pontos superior ao alcançado no ano passado na mesma questão.

A percepção do compromisso de autorregulação melhorou em relação ao ano passado. Em 2013, seis códigos receberam importantes atualizações, entre eles o Código de Fundos e o de Ofertas Públicas. Também foi publicado o Guia de Prazos, um manual para o cumprimento dos prazos estabelecidos ►

Qual a sua visão geral da atuação da ANBIMA em 2013?



► nos códigos de autorregulação. O guia, que lista todos os documentos que devem ser enviados à ANBIMA, foi sugerido pelos próprios associados. Estas foram algumas das iniciativas que contribuíram para a boa percepção de 68% das pessoas, que disseram ter clareza dos benefícios gerados pelas iniciativas de autorregulação da Associação durante o ano.

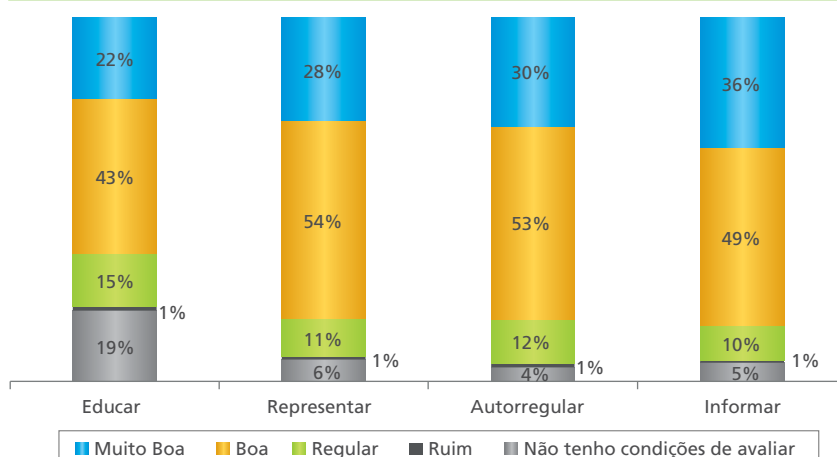
Ser fonte confiável de informação e disseminar o conhecimento produzido e adquirido pela Associação é um dos principais objetivos do compromisso de informar. Em busca desse fim, a entidade divulga periodicamente uma série de dados e estudos, como rankings, boletins e relatórios. Mais de 80% das pessoas concordaram que as bases de dados são adequadas e ajudam a aprofundar nos temas dos mercados financeiros e de capitais. Em 2013 também cresceu a percepção quanto à qualidade dos índices de mercado da ANBIMA. Por volta de 70% das pessoas que responderam acreditam na qualidade e utilidade dos índices da Associação, indicando um aumento de 11 pontos em relação ao ano passado.

O compromisso de educar tem como objetivo elevar os padrões de qualidade do mercado, por meio de iniciativas de educação do investidor, cursos e certificação de profissionais. Apesar

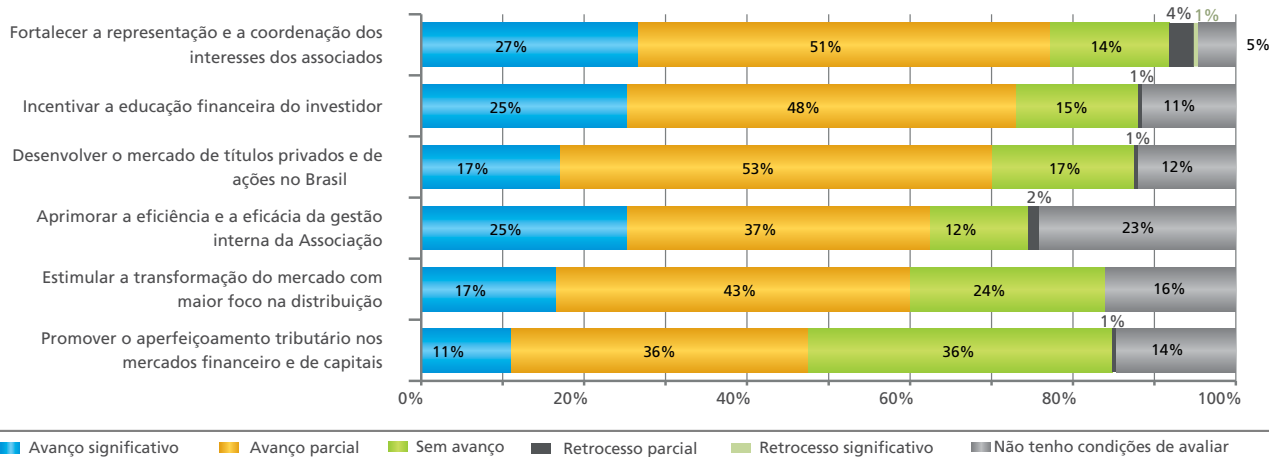
de a percepção das iniciativas de educação financeira ter se mantido positiva, a visibilidade das ações ainda é baixa. 50% das pessoas afirmam desconhecer as iniciativas de educação de investidores da Associação. A avaliação dos cursos obteve 55% de aprovação, um aumento de 16 pontos percentuais se comparado à pesquisa de 2012. O avanço reflete os esforços da área de Treinamento após a definição de seu novo posicionamento: ser referência na educação continuada para o mercado. Com mais de 33 mil profissionais aprovados apenas em 2013, as certificações mantiveram a aceitação do ano passado, sendo avaliadas positivamente por 75% das pessoas.

Os resultados da pesquisa de satisfação foram um dos critérios utilizados para a definição das prioridades estratégicas para 2014-15, aprovadas em workshop da diretoria no início de dezembro. Segundo Doherty, a pesquisa foi uma grande referência para definição dessas metas. "A pesquisa revelou os pontos que precisam de aprimoramento e nos indicam a direção que devemos seguir daqui para frente. Ela será um instrumento de gestão importante para as áreas da ANBIMA atenderem aos anseios dos Associados," explica Doherty. O planejamento da Associação para os próximos anos será tema do Informativo ANBIMA de janeiro. ■

Compromissos



Planejamento Estratégico



Relatório de Iniciativas apresenta as principais ações da Associação durante o ano

Com o objetivo de divulgar as atividades da Associação durante o ano aos diretores e associados, a ANBIMA lançou o Relatório de Iniciativas 2013. A publicação traz um balanço das principais ações da entidade durante o ano. Segundo o superintendente geral José Carlos Doherty, o relatório consolida o esforço conjunto de todas as esferas da Associação. “Tivemos um ano de muito trabalho e grandes conquistas e o relatório demonstra esse empenho dos profissionais que se dedicam à Associação, seja na diretoria, nos organismos ou na equipe interna,” disse.

Durante o ano, 11 sugestões e propostas enviadas pela Associação foram incorporadas em mudanças promovidas pelos órgãos reguladores. Entre elas, estão a inclusão dos CRIs (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) no conjunto de ativos que oferecem benefícios fiscais aos investidores no âmbito da Lei nº 12.431 e a regulamentação do COE. Em novembro, a CVM também regulamentou a verificação da adequação dos produtos e serviços ao perfil do cliente no mercado de valores mobiliários. A Instrução

contemplou várias sugestões da ANBIMA quanto ao *suitability*, processo incorporado na autorregulação da Associação desde 2007.

As iniciativas ajudaram a fortalecer as prioridades estratégicas traçadas para o ano (veja quadro abaixo). Em 2013, a Associação passou a estimular os associados a engajarem-se nos esforços de educação financeira, avançou no aprimoramento dos produtos de captação e na busca por um mercado mais focado no investidor. Além disso, também fortaleceu a interlocução com o governo para um endereçamento mais sistemático das questões tributárias de interesse dos mercados.

O estreitamento das relações com outros órgãos e entidades representativas do mercado também foram destaque no ano. Segundo Doherty essas parcerias contribuem para o compromisso de representação do mercado. “Esses convênios são formas de articulação dos interesses dos associados e posso dizer que 2013 foi um ano excelente neste quesito,” afirma.

Entre as parcerias fechadas no ano, está um convênio com o BNDES

(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que tem a finalidade de fomentar os mercados financeiro e de capitais no Brasil, especialmente o segmento de renda fixa. Em 2013 também foi criado o GT Interagentes, grupo de trabalho composto por 11 instituições (entre elas BM&FBovespa e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) que objetiva estreitar a colaboração entre instituições públicas e privadas para a elaboração de uma agenda positiva para fortalecer o mercado de capitais brasileiro.

Essas e outras conquistas da ANBIMA em 2013 podem ser consultadas no Relatório de Iniciativas, que conta também com as atividades dos comitês detalhadas em páginas exclusivas e as estatísticas da supervisão de mercados no ano.

A publicação pode ser acessada por meio do QR Code ao lado, ou no portal da Associação, na opção “Iniciativas” dentro do menu “A ANBIMA”. ■



PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE 2013



Desenvolver o mercado de títulos privados e ações no Brasil

Promover o aprimoramento tributário nos mercados financeiro e de capitais



Estimular a transformação do mercado com maior foco na distribuição

Incentivar a educação financeira do investidor



Fortalecer a representação e a coordenação dos interesses dos associados

Aprimorar a eficiência e eficácia da gestão interna da Associação



Investidor não-residente tem alíquota zero em fundos com ativos incentivados

Investidores estrangeiros que aplicam em cotas de fundos de investimento no Brasil passam a ter o benefício de alíquota zero sobre os rendimentos dessas aplicações, nos casos regulamentados pelo artigo nº 96 da Medida Provisória nº 627, publicada em 12 de novembro.

O benefício será concedido a todos os estrangeiros (exceto de paraísos fiscais) que apliquem em fundos cujas carteiras sejam integradas por ativos sujeitos a alíquota zero ou a isenção do imposto nas aplicações diretas dos não-residentes. A regra

passou a valer a partir da data de publicação da MP.

A norma equipara o tratamento fiscal dos investimentos dos não-residentes diretamente em ativos e aqueles por meio de fundos, em linha com os pleitos da Associação. ■

CVM obriga a verificação da adequação de produtos ao perfil do cliente

A CVM publicou em 13 de novembro a Instrução nº 539, que regulamenta o dever da verificação da adequação dos produtos e serviços ao perfil do cliente.

A Instrução entra em vigor no dia 5 de janeiro de 2015. A partir desta data, as pessoas habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição e os consultores de valores mobiliários não poderão mais recomendar produtos, realizar operações ou prestar serviços sem verificar a adequação ao perfil do cliente.

Práticas de *suitability* estão presentes na autorregulação da ANBIMA desde 2007. Hoje, a verificação é obrigatória a todas as instituições aderentes aos Códigos de Private Banking, Fundos de Investimento, Gestão de Patrimônio e Negociação de Instrumentos Financeiros.

A Associação participou ativamente das discussões sobre a nova Instrução por meio de diversos organismos, em especial o Comitê de Distribuição de Produtos no Varejo. Entre os

pleitos contemplados na norma estão a substituição do termo “oferta” por “realização de operações” e a não obrigatoriedade de analistas realizarem o *suitability*. Também foram contempladas as sugestões de dispensa do processo para pessoas jurídicas classificadas como investidores qualificados, investidores não-residentes e analistas, administradores de carteira e consultores de valores mobiliários em relação a seus próprios recursos. ■

Comitê de Finanças Corporativas analisa Instrução que prevê publicação de avisos obrigatórios das ofertas públicas pela internet

O Comitê de Finanças Corporativas está analisando a minuta que altera a Instrução nº 400 da CVM, que trata das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

O objetivo é elaborar sugestões de aprimoramento e enviar à autarquia até 3 de fevereiro, quando se encerra a audiência.

A minuta, em audiência pública desde 2 de novembro, traz a possibilidade de as instituições intermediárias publicarem os avisos obrigatórios das ofertas na internet. Atualmente, a divulgação é necessariamente feita por meio de jornais de grande circulação. Outra sugestão é que o prospecto definitivo ou preliminar não

precise ser entregue aos investidores em versão impressa.

Essas sugestões refletem propostas elaboradas pelo Comitê Técnico de Ofertas Públicas, fórum do qual a ANBIMA faz parte e que tem o objetivo de aprimorar o ambiente regulatório para que as empresas de menor porte possam acessar o mercado de capitais.

ANBIMA e Banco Central discutem regulamentação do COE com o mercado

Com o objetivo de detalhar o funcionamento do COE (Certificado de Operações Estruturadas), a ANBIMA e o Banco Central realizaram workshop sobre a regulamentação do novo produto. O evento, que aconteceu no dia 21 de novembro, serviu como oportunidade para que os principais participantes da indústria esclarecessem as suas dúvidas sobre o certificado.

O encontro teve início com apresentação de Sérgio Odilon dos Anjos, chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central (Denor), que apresentou os esforços da autarquia para a normatização do COE.

Odilon detalhou os principais pontos da Resolução nº 4.263, que determina as condições de emissão dos certificados, e das Circulares nº 3.684 e nº 3.685, que estabelecem a metodologia para a realização da análise de sensibilidade do valor de mercado do produto e os critérios para avaliação da relação entre o investimento inicial e os seus resultados potenciais, respectivamente.

Com a presença de representantes da BM&FBovespa e Cetip, o evento abordou também aspectos relacionados ao registro e operacionalização do COE. Os trabalhos e iniciativas da ANBIMA também estiveram em pauta. Representada por Angela Zago, presidente do Comitê de Produtos de Tesouraria, a Associação colocou em pauta os critérios de diferenciação entre o COE e derivativos, as regras de contabilização e o *suitability*, além da metodologia de análise de

sensibilidade a fim de identificar os valores do certificado e informações de valor de mercado para entidade registradora.

O evento também foi uma oportunidade de apresentar ao mercado o andamento das discussões da Associação com a

CVM. Durante o mês de outubro, as entidades se reuniram para discutir a regulamentação da oferta pública do COE. Além disso, foi criado um grupo de trabalho na ANBIMA que está debatendo o tema para elaborar uma proposta de regulação que será entregue a autarquia em 2014. ■

Novas diretrizes alteram normas de investimento das entidades fechadas de previdência complementar

O CMN (Conselho Monetário Nacional) alterou as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. As novas regras estão na Resolução nº 4.275, que modifica diversos itens da Resolução nº 3.792, em vigor desde 2009.

Uma das novidades é a possibilidade de realização de empréstimos de títulos por fundos de investimento multimercados. A diretriz foi sugestão enviada pela ANBIMA para a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) no ano passado.

Os critérios de certificação dos participantes do processo de decisão dos investimentos dos planos também foram alterados. Segundo a nova regra, as entidades têm até dezembro de 2014 para certificar todo o seu contingente. Além disso, foi permitida a aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários de SPEs (Sociedades de Propósito Específico) constituídas para financiamento de projetos ligados às concessões de serviços públicos.

Após a publicação da norma, a ANBIMA se reuniu com a Previc para discutir as mudanças. Aguinaldo Lester Landi, coordenador geral de Monitoramento dos Investimentos da Previc, esteve presente e detalhou as novas diretrizes ao diretor Luiz Sorge e membros dos comitês de Produtos de Tesouraria, Finanças Corporativas, Produtos Imobiliários e Fundos de Investimento. Após a apresentação, os presentes puderam tirar as suas dúvidas quanto às alterações e apresentar novos pleitos para considerações do coordenador.

Exigências do Código de Fundos pautam encontro com mercado

Com o objetivo de apresentar a estrutura autorregulatória da indústria, foi realizado o Workshop de Supervisão do Código de Fundos de Investimento. O evento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 28 de novembro, apresentou ao mercado as principais exigências do Código de Fundos de Investimento. Mais de 60 pessoas estiveram presentes e outras 120 acompanharam pela internet.

Entre os pontos discutidos no encontro, estavam a distribuição de fundos via agentes autônomos de investimento, a política de voto em assembleias (proxy voting), a *suitability*, a liquidez e o crédito privado. “A indústria brasileira é conhecida como sólida e transparente e isso tem muito a ver com a aplicação das exigências,” comentou Régis de Abreu, diretor da Associação e membro do Comitê de Fundos de Ações, sobre a importância

Fotos: Leandro Viola



Carlos André, presidente da Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimento, Régis de Abreu, diretor, e Guilherme Benaderet, superintendente de Supervisão, durante Workshop do Código de Fundos de Investimento

do código para a indústria. O diretor apresentou, ainda, a evolução das regras desde 2000, quando o código foi criado. Carlos André, presidente da Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimento da ANBIMA, detalhou as exigências autorregulatórias. Para ele, “o código é uma peça sempre em construção, pois acompanha o desenvolvimento do mercado”.

Guilherme Benaderet, superintendente de Supervisão de Mercados da Associação, também participou do debate, apresentando o modelo de supervisão da ANBIMA. Ele destacou os procedimentos específicos para cada um dos assuntos.

Ao final, Abreu citou alguns temas em discussão que devem integrar o código no futuro. “Está em discussão um capítulo sobre ETFs, por exemplo, que é uma coisa bastante nova no Brasil,” revelou. ■

Trabalhos da área Supervisão em ofertas públicas são tema de evento

A atuação da ANBIMA na supervisão de ofertas públicas nos últimos anos foi tema do Workshop sobre Autorregulação de Ofertas Públicas, que aconteceu no dia 7 de novembro, em São Paulo.

No evento, que reuniu mais de 120 pessoas, o superintendente de Supervisão de Mercados Guilherme Benaderet apresentou



Ricardo Leoni, presidente da Comissão de Acompanhamento de Mercado de Capitais

o modelo de governança e a estrutura da Associação. Ricardo Leoni, presidente da Comissão de Acompanhamento do Mercado de Capitais, detalhou o processo de supervisão e destacou a importância do convênio de análise prévia de ofertas públicas que a CVM e a ANBIMA mantêm desde 2008.

O diretor Marcio Guedes apresentou as principais alterações do Código de Ofertas Públicas. Segundo ele, o objetivo das alterações foi “deixar o Código mais detalhado e, ao mesmo tempo, mais claro.” A Associação agora está analisando as sugestões recebidas durante o período de audiência pública, para posterior implementação das mudanças e divulgação da nova versão do Código.

A gerente de Supervisão do Mercado de Capitais, Priscilla Sorrentino, falou sobre os principais apontamentos encontrados nos documentos de ofertas públicas. Sobre o Novo Mercado de Renda Fixa, ela destacou as características das emissões que receberam o selo e mencionou que “alguns objetivos já foram alcançados em dois anos”, como por exemplo a maior pulverização nas distribuições de títulos de renda fixa e alcance de investidores pessoas físicas. ■



Marcio Guedes, diretor da Associação

Fóruns discutem impactos das reformas regulatórias em curso no mundo

Entidades reguladoras internacionais colocam em pauta a necessidade de consistência global da regulação

A ANBIMA participou, nos últimos meses, de fóruns internacionais que debateram a adaptação dos países às reformas regulatórias acordadas no âmbito do G-20 e outras regiões. Os eventos discutiram temas como os impactos das novas regras de gestão de investimento, de infraestruturas de mercado e derivativos na Europa, Estados Unidos e Ásia. A necessidade de consistência na regulação em âmbito global também esteve em discussão.

Representantes da Associação participaram da reunião do Cosra (Conselho de Reguladores das Américas, na sigla em inglês), do encontro do EFF (Fórum Financeiro Europeu, na sigla em inglês) e da conferência anual da Efama (Associação Europeia de Fundos e Gestão de Recursos, na sigla em inglês).

Durante os eventos, as discussões estiveram voltadas para a aplicação transfronteiriça de legislações – como Emir (Regulação Europeia de Infraestrutura de Mercado, na sigla em

inglês) e a aplicação do Dodd-Frank nos Estados Unidos – e para os efeitos cruzados decorrentes da entrada em vigor de múltiplas regulações simultaneamente, como é o caso das diversas diretivas em processo de implantação que afetam a atividades de gestores na União Europeia.

Na reunião do Cosra, que aconteceu em 24 e 25 de outubro em Quebec, no Canadá, foram discutidas as reformas no mercado de capitais em alguns países do continente e a nova metodologia de avaliação de infraestruturas, decorrente do trabalho conjunto do CPSS (Comitê de Sistemas de Pagamentos e de Liquidação) e da Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, na sigla em inglês), já testada na Colômbia e no Brasil. As iniciativas de Supervisão Baseada em Risco implementadas no México, de regulação de contratos do mercado de câmbio Forex no varejo no Panamá e de tratamento de conflitos de interesse relacionados a mecanismos de compensação aplicados nos

Estados Unidos também estiveram em discussão no evento.

Nas mesmas datas, na Inglaterra, aconteceu a conferência anual do Fórum Financeiro Europeu. Sob a ótica das diversas mudanças regulatórias e seus efeitos, o evento discutiu o crescimento econômico, o financiamento de longo prazo e o papel dos mercados. Entre os pontos abordados, estava a necessidade de adequação do timing para aplicação dessas mudanças.

Já a conferência anual da Efama aconteceu em 4 e 5 de novembro em Bruxelas, na Bélgica, e discutiu os impactos sobre gestores, administradores, distribuidores e transfronteiriços das novas regulações que afetam os fundos de investimento em processo de discussão e em implantação nos mercados locais e na União Europeia. Durante o encontro, Patrícia Menandro, gerente de Estudos Regulatórios, participou do painel “Nova era da regulação financeira”, que discutiu a convergência de regulações. ■

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena | EDIÇÃO: Mônica Chaves

PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Massaru Takahashi, Edinardo Figueiredo Jr., Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carolina Lacerda, Jair Ribeiro da Silva Neto, José Hugo Laloni, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Marcio Guedes Pereira Junior, Pedro Augusto Botelho Bastos, Regis Lemos de Abreu Filho, Saša Markus e Sylvio Araújo Fleury

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

www.anbima.com.br

Prêmio Imprensa

Estão abertas as inscrições para o 8º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor. Podem se inscrever autores de reportagens publicadas em jornais, revistas e mídia digital, em 2013, que contribuam para a educação do investidor. As inscrições vão até 15 de fevereiro pelo link: <http://goo.gl/5ptjme>

Infraestrutura brasileira

Denise Pavarina, presidente da ANBIMA, participou em 12 de novembro de Workshop sobre Oportunidades de Investimento e Desafios na Infraestrutura Brasileira. Durante o evento, organizado pelo Ministério da Fazenda, Denise fez um panorama dos mercados de capitais e de renda fixa brasileiros e sobre as iniciativas de autorregulação no país.

Basiléia III

Um novo conjunto de medidas referentes à regulamentação prudencial do acordo Basileia III foram publicadas em 31 de outubro. As cinco resoluções e sete circulares complementam o primeiro conjunto de normas publicado em março, que entrou em vigor no início de outubro, e aprimoram alguns aspectos relativos à sua aplicação. Confira as alterações no Informe de Legislação nº 15 acessando o QR Code ao lado.



Novo subíndice

Está disponível a consulta ao IDKa IPCA 15A, novo subíndice da ANBIMA que reflete o comportamento de títulos públicos sintéticos atrelados ao IPCA e com duration de 15 anos. A série histórica retroativa vai até janeiro de 2006.

Diretrizes

Foram publicadas em 19 de novembro as diretrizes para envio de informações para a base de dados de Gestão de Patrimônio. As novas regras complementam o capítulo VII do Código de Gestão de Patrimônio Financeiro e estão disponíveis na página do código no portal ANBIMA. Basta clicar em Autorregulação e escolher "Código de Gestão de Patrimônio" ou acessar o QR Code ao lado.



Selic

O Selic lançou em 26 de novembro a Planilha de Negociação Eletrônica. A ferramenta é uma opção alternativa para cadastro e negociação de ordens na Plataforma de Negociação Eletrônica do Selic. As instruções para download e instalação da planilha encontram-se disponíveis no item "Planilha Eletrônica" do módulo "Negociação" do portal do Selic na RTM.

CGA

A CGA (Certificação de Gestores ANBIMA) completou quatro anos de existência superando as expectativas de adesão do mercado. Destinada a gestores de recursos de terceiros, a certificação já possui cerca de 400 profissionais certificados atuando no mercado.

Ofertas de CRI

A área de Supervisão de Mercados da ANBIMA analisou durante o ano de 2013 duas ofertas de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Ambas foram verificadas por meio do convênio de análise prévia de ofertas públicas CVM/ANBIMA, que passou a incluir as ofertas de CRI e de letras financeiras desde julho de 2012.

Alfabetização financeira

A superintendente de Educação, Ana Leoni, participou do Simpósio de Políticas de Pesquisas Globais para Avanço da Alfabetização Financeira, realizado em Paris em 31 de outubro. Ana apresentou o projeto de educação financeira no ensino fundamental da AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil) e o projeto Universidade do Investidor em painel que discutiu formas como os fatores do dia-a-dia afetam o comportamento financeiro.

Filiações e adesões

No mês de novembro, aderiram aos códigos Fundos de Investimentos e Certificação as instituições Módulo Capital, Hagros Capital e Áquilla, além da Garden City Participações, que associou-se à ANBIMA.

